
**MÉDICOS, PROFESSORES E COLONOS NA OCUPAÇÃO TERRITORIAL NO
SUL DO BRASIL: O *INTERLAND* PARANAENSE**

**Dr. José Carlos dos Santos
Dra. Márcia Regina Ristow**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

RESUMO: No final do século XVIII até meados do XIX discutiu-se muito o tema da territorialidade do Brasil. Houve uma proximidade única e quase cúmplice das matrizes de pensamento emanados da filosofia evolucionista/naturalista veiculada na academia brasileira, de modo especial na Escola de Filosofia de São Paulo e as ações de assentamento de imigrantes. Numa perspectiva de relação macro e micro históricas sugere-se perceber a materialidade de um imaginário de ciência tomando forma na organização da territorialidade no sul do Brasil, focando especificamente o caso do Estado do Paraná. Desmembrado da Província de São Paulo em 1853 sua sede administrativa ficou centralizada em Curitiba. Até final dos anos 40, pouca coisa se sabia dos “confins dos sertões”. O acesso às fronteiras entre Brasil e Paraguai, onde hoje a demarca o município de Foz do Iguaçu, eram acessíveis pela Argentina devido à inexistência e ou dificuldades de acesso da capital ao seu interior. Médicos, professores e colonos foram indivíduos e ou grupos sociais fundadores da domesticação do *interland*.

Palavras-chave: fronteiras; evolucionismo; imigração.

**DOCTORS, TEACHERS AND SETTLERS IN TERRITORIAL OCCUPATION OF
SOUTHERN BRAZIL: PARANÁ HINTERLAND**

ABSTRACT: By the end of the eighteenth century until the mid-nineteenth, many discussions happened about the territoriality of Brazil. There was a unique nearness, almost accomplice from the pattern of thought emanating from evolutionary/naturalist philosophy, conveyed in the Brazilian academy, especially in the School of Philosophy of São Paulo and the actions of immigrant settlement. In a perspective of macro and micro historical relation, it suggests to perceive the materiality of an imaginary science taking shape in the organization of the territoriality in southern Brazil, focusing specifically the case of the State of Paraná. Dismembered from the Province of São Paulo in 1853 its headquarters is centered in Curitiba. Until the late '40s, little was known about the "ends of the hinterlands." The access to the border between Brazil and Paraguay, where today demarks the municipality of Foz do Iguaçu, were accessible by Argentina due to difficulties or nonexistence of access from the capital to the interior. Doctors, teachers and settlers were individuals or social groups and founders of the domestication of the hinterland.

KEYWORDS: borders, evolutionism, immigration



1. INTRODUÇÃO

Nacionalismo e Consciência Sanitária

Dr. Belisário Penna

Duas cousas são indispensável ao pleno successo da campanha pelo saneamento do Brasil: a creação da consciênciã sanitária nacional e a educação hygienica do povo (ARCHIVOS PARANAENSES DE MEDICINA, 1921, p. 31).

O Estado do Paraná, desde o seu desmembramento da Província de São Paulo (1853), preocupou-se com a população e a territorialidade. Até a criação do Estado, os assentamentos humanos se restringiram à exploração do litoral, deixando os campos gerais e os sertões do oeste, as margens do Rio Iguaçu e a mesopotâmia entre os rios Ivaí, Tibagi, Piquiri e Paraná, com poucas formas organizadas de ocupação. Na década de 1920 essa parte do território era pouco conhecida, sabendo-se delas alguns poucos relatos, recolhidos por viajantes ou relatos bandeirantes, como registraram (BERBERI; NIPOTI 1999).

Como indicado na epigrafe de Belisário Penna, o grande investimento congregado reunia algumas premissas globais que serviam para pensar as grandes sínteses nacionais. De um lado, a necessidade de institucionalização das ações estatais através de política pública de educação, imigração, organização do trabalho produtivo. De outro – mas não oposto ao primeiro – grandes matrizes do pensamento médico sanitarista que consegui fundir grandes correntes de pensamento que vinha da sociologia, da biologia e da chamada medicina social. Estas matrizes serviam de grandes ancoras para imaginar a síntese nacional que encontrava-se numa perspectiva horizontal a depender de iniciativas políticas que viabilizassem a sua concreticidade.

Ações mais eficazes com estas matrizes de pensamento ficaram mais visíveis, no caso paranaense, após a Proclamação da República. A ocupação regional, como destacou (WACHOWICZ 1998), se concentrou, até as três décadas iniciais do século XX, em torno da capital e da região portuária. Dada, porém, o tipo



da investida pensada, os ditos “revolucionários de 30” trouxeram algumas iniciativas fundamentais para a organização do espaço territorial, desenvolvendo ações e presença efetiva de órgãos da administração pública, seja nos limites fronteiriços, como Foz do Iguaçu, seja no chamado *Hinterland*, de modo especial, no caso do oeste, sudoeste e norte do Estado.

Essa presença mais efetiva se deve ao regime de Getulio Vargas cujo discurso nacionalista criou uma política de integração do espaço territorial. As ações governistas criaram um clima propício para a efetivação de demarcações de propriedades da terra, bem como políticas mais eficazes de fixação do homem no campo. Dessas práticas nacionalistas resultou na criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1938, e a contratação de geógrafos para pensarem a questão da ocupação do espaço nacional.

Em cumprimento a esse propósito do IBGE, juntou-se a Faculdade Nacional de Filosofia, para ocupar-se com a questão da sociologia rural. Um convênio com a Universidade de Luisiana trouxe ao Brasil o geógrafo Leo Waibel, alemão naturalizado nos Estados Unidos, docente da Winscons University, e Thomas Lynn Smith, da escola de sociologia. A ciência sociológica desse tempo, de acordo com (BUTTEL et al.1990), preocupou-se em desenvolver estudos sobre a vida rural para entender os elementos formadores da vida social comunitária de nucleamentos humanos, especialmente aqueles motivados por ações governamentais, ou seja, os projetos de colonização. A Universidade de São Paulo, em 1949, condecorou Lynn Smith com o título de Doutor *Honoris Causa* “[...] pelos relevantes estudos sobre a cultura do homem rural brasileiro” (ATA 260, livro 10, p. 96).

A partir de 1930, os perigos se tornaram mais eminentes, pois poderiam representar descuidos com a soberania nacional. (HERSCHMANN,1994) e (HOCHMAN 1988), descreveram o papel das comissões médicas de estudos das populações do interior do Brasil, de modo especial do Norte e Nordeste, e a constatação da necessidade da organização da saúde pública para o atendimento e o “saneamento do Brasil”. Essas Comissões, segundo os autores, acabaram por



levantar focos do vazio demográfico e seus relatórios ao governo cintilaram como um despertar de atenção ao desgoverno de áreas do território.

Os trabalhos da comissão desdobraram-se numa série de práticas políticas efetivas, entre elas a Liga Pró-Saneamento do Brasil, cuja militância culminou, em 1920, na criação do Departamento Nacional de Saúde Pública. Acentuam, contudo, os pesquisadores supracitados, que o maior ganho foi a formação de um quadro “comportamental” das populações do interior, bem como das moléstias mais incidentes no meio rural.

Nessa mesma linha de análise, (OLIVEIRA, 1980, p.52) afirma que “[...] o discurso ideológico dos anos 1930 apresenta um nível de organização específico, extraindo seu êxito da coerência simbólica, passível de transformar-se em um projeto político”. A idéia da coerência simbólica vem mesmo de um clima posterior à “revolução”, na qual já se constatava a eminência de uma “crise” caracterizada por dois males: “a falta de contato com a realidade nacional e a cópia de modelos estrangeiros”. Essa falta de contato, outra coisa não era senão o desconhecimento da população e do território nacional. (OLIVEIRA VIANA 1930, p.56), referindo-se aos “males”, afirmou, em 1930, que “[...] eles são sanáveis se as elites puderem superar o estado de completo desconhecimento da terra e do povo e adquirirem a competência requerida”.

Com esses elementos no discurso foi pensada a territorialidade e a demografia no Brasil. Atividades essenciais – como as produzidas pelas Comissões de Saúde, Comissões de Imigração, Comissões de Educação – produziram, desde os anos 20, um quadro de informações sobre o território, a população, as doenças, os vícios das raças, a natalidade, dentre outros. Esse quadro, quase sempre, resultou em crítica às ineficiências políticas e técnicas, ao abandono das instituições e ao não conhecimento das populações e do território. Vide o comentário de Belisario Penna, divulgado na revista paranaense de medicina. Na década de 30 até final dos anos 40, a partir de elementos novos, esse discurso se desdobrará em



importantes cenários políticos, especialmente os relativos à educação, à saúde pública e políticas de imigração.

É somente neste cenário possível compreender a emissão do Decreto-Lei 406, especialmente o teor do artigo 1º. e 2º.:

Art. 1.º – Não será permitida a entrada de estrangeiros, de um ou outro sexo:
I – aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos;

II – indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres;

Art. 2.º – O Governo Federal reserva-se o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos e sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvindo o Conselho de Imigração e Colonização (**DECRETO-LEI N.º 406, de 04.05.1938**).

O conteúdo do texto soa contemporaneamente, como pura discriminação racial. Contudo, esta historicidade nos demonstra os discursos são produzidos e ou imaginados no interior de matrizes de pensamento. Os chamados “objetivos nacionais” não foram produzidos somente da vontade do governante; havia uma fonte formadora da síntese nacional que foi muito além da vontade política. Ele veio da certeza científica produzida por intelectuais nacionais e estrangeiros.

Funções semelhantes a essas foram incumbidas ao Instituto Histórico e Geográfico Paranaense. Fundado em 1900, manteve um programa fundamental e básico, cujo objetivo, segundo seu Estatuto, era o “zelo” dessa história natural e sua descrição. A marca discursiva ficou materializada pelas regras estabelecidas para a admissão dos novos sócios. Eles deveriam incluir suas pesquisas em eixos centrais que direcionavam a concepção científica e política do Museu:

a - Meio físico e vital. Observações e estudos sobre o território do Estado, extensão e limites; geografia, climatologia, orografia, hidrografia, problemas do litoral, flora e fauna;

b - Meio econômico. Produção e consumo, exportação e importação. Agricultura e pecuária. Indústria extrativista. Melhoramento dos produtos. Seleção e defesas das sementes. Indústria fabril e manufatureira. Comércio e transporte. Viação;

c - Meio físico e social. Pesquisa e estudos sobre a história política e social do Estado; sua evolução; história particular dos municípios; população. Socialização dos índios e caboclos;



d - Meio cívico e moral. Estudo das fases históricas dos progressos morais e cívicos da sociedade paranaense. Comemorações das datas que assinalam os progressos do Brasil e do Paraná na política, nas ciências, nas artes e nas indústrias (ESTATUTO GERAL. MUSEU PARANAENSE, 1900, p 23).

Tratava-se de estudar terra, água, solo e homem, numa investida evolucionista. Há uma fusão do propósito político-científico em descobrir a história do espaço territorial do Estado e sua gente pretendendo com isto, descrever a identidade e nacionalidade do território do Estado.

2. CAMPOS GERAIS

A região dos chamados “campos gerais” foi formada por agricultores de nacionalidade brasileira e estrangeira. No final do século XVIII e início do século XIX, os municípios da Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro e Jaguariaíva eram habitadas por pequenos colonos, já que os grandes fazendeiros moravam em São Paulo e só participavam da vida desses lugarejos em ocasiões solenes (MARTINS, 1969, p. 280). Somente na segunda metade do século XIX, com o crescimento de algumas fazendas e o aumento da economia pastoril e, mais tarde, com a expansão das invernadas, a região passou a ter uma maior atenção quanto à formação de infraestrutura (LINHARES, 1953, p. 73).

Com a elevação à categoria de Província em 1853, o governo local começou a instalar “[...] colonos procedentes da Europa central e oriental, localizando-se quase todos no planalto de Curitiba e nos campos gerais. Em maior escala, italianos e eslavos” (LINHARES, 1953, p. 78). A partir de 1870, essa realidade foi alterada com a chegada, em grande escala, dos imigrantes ou seus descendentes de origem: “[...] alemã, austríaca, italiana, polonesa, russa, ucraniana, holandesa, sírio-libanesa, japonesa, sem excluir contingentes menores de ingleses e franceses” (Idem, ibidem, p. 31). Nesse período existiam na região apenas “[...] duas escolas de primeiras letras para meninos e uma para meninas” (MARTINS, 1969, p. 282).



Na formação dos campos gerais, vários grupos de colonos mantinham escolas próprias em suas colônias, porém fechadas aos habitantes nativos da região. Esse fato parece ter sido o principal determinante no retardamento do processo de escolarização pública na região e de constituição de um sistema regional de ensino. O grande fluxo de imigrantes que chegaram aos campos gerais desde o século XIX foi se instalando em colônias etnicamente homogêneas, o que, praticamente, propiciou a manutenção da cultura do país de origem sem grandes mudanças. A instrução escolar dada aos filhos dos imigrantes não era diferente. Repetiam nas colônias as mesmas práticas educativas herdadas do país de origem e conduzidas por professores da própria etnia, especialmente contratados para dar continuidade à cultura natal.

3. O OESTE DO ESTADO

Nem sempre, entretanto, a qualidade do solo ofereceu condições de fixação do homem ao território. As matas densas do Oeste e a transposição da Serra do Mar foram frequentemente apontadas como “barreiras naturais ao avanço do homem”, como disse Martins. Tratava-se de uma natureza que separava, considerando que, entre o segundo e terceiro planalto, a mata densa dificultava meios de transportes e a sobrevivência das colônias militares em meio ao sertão.

Destinadas à defesa da fronteira, foram criadas as Colônias de Chopin e Chapecó, que também foram concebidas para “[...] garantir proteção aos habitantes de Palmas e de Guarapuava contra os ataques indígenas” (MARTINEZ, 1995, p. 54). Sua fundação é datada de 16 de novembro de 1859. Os protestos da Argentina foram inúmeros contra a criação das colônias, isso por se tratarem de terras que eram exploradas por indústrias de erva-mate daquele país, e que utilizavam os ervais naturais concentrados neste lado da fronteira. Assim, a instalação efetiva de Chapecó só foi realizada em 14 de março de 1882. Essa colônia passou a integrar o território do Estado de Santa Catarina num acordo firmado em 1916.



No extremo oeste, a iniciativa do estabelecimento de populações foi a fundação da Colônia de Foz do Iguaçu, em 1889, coordenada pelo engenheiro militar José Joaquim Firmino, tendo como justificativa “a defesa da soberania nacional na área de fronteira”. A colônia militar acabou sendo estadualizada em 1912 e, dois anos depois, foi criado o município de Foz do Iguaçu, pela Lei n. 1.783, de 5 de abril de 1918.

O rio Paraná também foi utilizado como política de defesa regional. Considerado importante marcador natural, por seu grande volume de água, acreditava-se ser ele um fator respeitoso para uma área de fronteira, impossibilitando invasões. A passividade na fronteira foi ameaçada, no entanto, quando o governo assinou tratado que permitiram a navegação de argentinos e de paraguaios nos rios Paraná e Iguaçu, embora os acordos fixassem o talvegue desses dois rios como a linha limítrofe entre os países. Esse acordo se concretizou pela também necessidade do Brasil em navegar em águas paraguaias para se atingir a província de Mato Grosso, único caminho seguro para atingir a referida região.

A preocupação agravou-se devido à exploração da erva-mate pelos portenhos. O produto era transportado do Paraná para os países vizinhos. Argumenta-se que não havia meios de transporte que atravessassem o sertão de matas, rumo à capital ou aos portos litorâneos. A produção destinava-se à exportação, sem a cobrança de impostos. Segundo (WACHOWICZ, 1987,p.141), esse teria sido o motivador da instalação da colônia militar no extremo Oeste, na linha de fronteira, mesmo local em que floresceria mais tarde a cidade de Foz do Iguaçu. Ela tinha, então, o propósito de garantir uma política que assegurasse a então denominada “fronteira guarani” e o fortalecimento da economia regional.

Fundamentados no acordo de reciprocidade na navegação, argentinos faziam a extração da erva-mate no território brasileiro. Para isso utilizavam os “mensus”, que eram equivalentes a peões – todos de origem paraguaia (guaranis modernos), que eram utilizados na extração da erva-mate que eram desembarcados às margens



do Rio Paraná. Nesse processo, em poucos anos, foram formados pequenos povoados, denominados de “portos”, que foram ocupando toda a margem paranaense até as “sete quedas”. Os principais portos foram: Família Mate, de Valdemar e Miguel Braviaco, importante empresa que construiu o ramal ferroviário Ponta Grossa-Guarapuava; Companhia Paranaense de Colonização Esperia Ltda., de propriedade italiana; Domingos Barthe; Lopeí da Nuñes y Gibaja; Fazenda Britânia, adquirida por ingleses da Compañia de Maderas del Alto Paraná; Porto Artaza; e a Mate Laranjeira, multinacional sul-americana que foi a responsável pela fundação da cidade de Guaíra, em 1909.



Transporte Fluvial no rio Paraná. Arquivo dos autores

4. O NORTE DO ESTADO

Também ao norte do Estado foi instalada uma colônia militar, para pensar e executar a defesa do território, além de dar proteção aos colonos em favor do desenvolvimento regional. A referida colônia, conhecida como Colônia Militar do Jataí, foi criada pelo Decreto n. 751, de 2 de janeiro de 1851, tendo sido instalada quatro anos depois, no dia 10 de agosto de 1855. Ela foi concebida para “garantir o trânsito entre a Comarca de Mato Grosso e apoiar os aldeamentos indígenas de São Pedro de Alcântara e de São Gerônimo”. A “proteção” garantia as atividades desenvolvidas por paulistas, que se ocupavam com a atividade do café, desenvolvida desde a década de “1860, penetrando pelos cursos superior e médio



do Itararé, fazendeiros paulistas e mineiros iniciaram plantações de café e a formação de fazendas no Norte paranaense”.

Recorrendo uma vez mais à história natural do Estado, geógrafos e historiadores remeteram às qualidades do solo e ao clima o desenvolvimento do norte do Estado. Segundo (WAIBEL, 1949, p. 177), eram as “manchas de terras roxas” e o clima quente que favoreciam a adaptação do produto e do homem. Assim, “a excentricidade da terra roxa e seu excelente clima propício à cultura” acabaram desenhando um cenário da intervenção e da organização da atividade econômica, bem como o da colonização. Terras foram concedidas a particulares, convergindo para a formação do que a historiografia denominou de “frente pioneira”, ou seja, a fundação de núcleos habitacionais como a Colônia Mineira (1862), Tomazina (1865), Santo Antônio da Platina (1866), Venceslau Braz e São José da Boa Vista (1867).

A etnia alemã saiu na frente. Em julho de 1931, os imigrantes fundaram a Escola Alemã do Heimtal, Londrina, num terreno doado pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Segundo (MACARINI, 2004, p. 92), “[...] a madeira para essa construção foi toda serrada à mão por Reinhold Fischer e Karl Scholleberg”. A escola servia também para cultos católicos e evangélicos luteranos, em horários diferentes e aos domingos.



Escola Alemã do Heimtal, em 1931



Fotografia: Theodor Preising

Fonte: ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA PADRE CARLOS WEISS

Os alemães tomaram a dianteira, mas foi dos japoneses a primeira escola construída no perímetro urbano. A sede da Associação de Japoneses foi inaugurada dia 18 de junho de 1933 e a escola em 1º de julho: “Formada para ensinar os filhos de imigrantes, a escola mantida pela Associação de Japoneses tinha a função de unir a comunidade recém-chegada à região” (ALMEIDA, 1995, p. 115). Logo, outros pequenos grupos escolares foram surgindo no município, mas já se antevia a necessidade da construção de grandes colégios para a época.

A desejada síntese nacional de fato não ocorreu; mas ela cimentou não somente a pesquisa científica como também muitas ações políticas interventoras na ordem social do Brasil e, neste caso em foco, na territorialidade do Estado do Paraná. E, novamente ressaltamos, é somente neste imaginário da síntese que é possível compreender um outro decreto já no final do período varguista ainda direcionado para o tema da imigração ao Brasil:

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e considerando que se faz necessária, cessada a Guerra mundial impelir à política imigratória do Brasil uma orientação racional e definitiva, que atenda a dupla finalidade de proteger os interesses do trabalhador nacional e de desenvolver a imigração que for fator de progresso para o país, decreta:

Art. 1.º – todo estrangeiro poderá entrar no Brasil, desde que satisfaça as condições estabelecidas por esta lei.

Art. 2.º – Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na condição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional (DECRETO N.º967, de 18.09.1945).

A ementa da norma serve de justificativa e de advertência ao mesmo tempo: “impelir á política imigratoria do Brasil uma orientação racional e definitiva (...) proteger o trabalhador nacional e desenvolver a imigração que for fator de progresso”. Ou seja, ainda havia imigrantes que não eram fator de progresso. Por



outro lado, ainda as teses do evolucionismo clássico: “preservar e desenvolver, na condição étnica da população, as características mais convenientes são as de ascendência européia (...)”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O imaginário da síntese nacional pode ser lida a partir de grandes autores e discutidas dentro de pequenos círculos da academia e ou correntes de pensamento. Contudo, elas só fazem sentido quando percorrem espaços outros que não o círculo hermético da produção e consumo do pensamento.

O final do século XVIII a meados do XIX, foram períodos em que a visibilidade da relação política com a científica estiveram muito próximas e entrelaçadas por um romance bastante duradouro. Houve um intercâmbio muito grande entre as sociedades científicas e as ações político administrativas do Estado brasileiro. A sociologia, a biologia, a geografia, a medicina, a engenharia apareceram como especialidades de conhecimento de uma filosofia evolucionista/naturalista que tiveram grande ordem de importância para as tomadas de decisão na organização do espaço social, de modo especial no Estado do Paraná.

O Paraná foi o último desmembramento do território paulista e, centrado em sua capital localizada no planalto, próxima a Serra do Mar e do litoral, teve que confrontar-se com o desconhecimento do *interland* e das fronteiras do Extremo Oeste. Este deslocamento no período aqui focado, exigiu da imaginação política, formas discursivas que fomentassem a ação reordenadora desta territorialidade. Oeste, norte e sudoeste foram crivados pelas ações militares, de assentamentos indígenas e ou de imigrantes e da “expulsão” de estrangeiros.

Colônias militares, colônias de imigrantes, aldeamentos, “portos” foram clareiras abertas com o intuito de garantir a posse estatal. Nelas estiveram profissionais imigrantes ou não que anteciparam as ações institucionais. Médicos,



professores, colonos abriram as primeiras clareiras nas selvas oeste do novo Estado.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de (Coord.). *Inventário e proteção do acervo cultural de Londrina: memória e cotidiano: cenas do Norte do Paraná: escritos que se recompõe*. Londrina, PR: UEL/MEC/SESU, 1995.

BERBERI, Elizabete e DENIPOTI, Cláudio (Orgs.). *Relatos de Viagem a Guairá e Foz do Iguaçu (1870/1920)*. Curitiba, PR: Aos Quatro Ventos, 1999. (Coleção Monumenta).

BONI, Paulo César. *A fotografia como mídia visual da recuperação histórica de Londrina*. Intercom, Ago. 2007. Disponível em: <http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/resumos/R0109-1.pdf>. Acesso em: 1º fev. 2004.

BONI, Maria Ignês Mancini de. *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)*. Curitiba, PR: Aos Quatro Ventos, 1994.

HERSCHMANN, Micael M. A Arte do Operatório. Medicina, Naturalismo e Positivismo. 1900/1937. In: HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A invenção do Brasil moderno. medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento*. São Paulo: Hucitec, 1998.

KREUTZ, Lúcio. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre, RS: Ed. da UFRGS; Caxias do Sul, RS: Ed. da UCS; Florianópolis, SC: Ed da UFSC, 1985.

LINHARES, Temístocles. *Um retrato sem retoques*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953 (Coleção Documentos Brasileiros).

RELATÓRIO GERAL. *Relatório apresentado ao Sr. Dr. Secretaria Geral do estado*. Curitiba: Typ. da Penitenciária do Estado, 1924.

MARTINS, Romário. *História do Paraná*. 3. ed. Curitiba, PR: Editora Guairá, 1969.

MARTINS, Romário. *História do Paraná*. 4. ed. [1ª ed. 1899]. Curitiba, PR: Travessa dos Editores, 1995 (Coleção Farol do Saber).



MARTINS, Romário. *Quantos somos e quem somos: dados para a história e a estatística do povoamento do Paraná*. Curitiba : Empresa Gráfica Paranaense, 1941.

OLIVEIRA Lucia Lippi (coord). *Elite Intelectual e Debate Político nos anos 1930*. Rio de Janeiro: FGV/FNL/MEC, 1980.

OLIVEIRA. Maria Cecília Marins de. *O ensino primário na Província do Paraná, 1853 - 1889*. Curitiba: Biblioteca Pública do Paraná, 1986.

PARANÁ. *Decreto Lei n. 646, de 19 de junho de 1947*. 250

PARANÁ. *Relatório do inspetor geral do ensino, César Prieto Martinez, ao Secretário Geral do Estado, Marins Alves de Camargo, em janeiro de 31/3/1924*. Curitiba, 1924.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro. O pensamento sanitarista na Primeira República: Uma ideologia de construção da nacionalidade. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p.193-210, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. *A era dos museus no Brasil (1870-1930): polvo é povo: molusco também é gente*. São Paulo: Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, 1993.

WACHOVICZ, Rui Cristovam. *Obrageiros, mensus e colonos: história do Oeste Paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1987.

WACHOWICZ, R. *O camponês polonês no Brasil*. Curitiba, PR: FCC/Casa Romário Martins, 1998.

WAIBEL, Leo. *Ampliação de um trabalho apresentado em duas reuniões especiais promovidas pelo Conselho Nacional de Geografia do Rio de Janeiro de 1945*. Trad. Orlando Valverde. Rio de Janeiro, 1949.

VIANNA, Oliveira. *Problemas da Política Objetiva*. São Paulo : Nacional, 1930.

MACARINI, Walmor; NIXDORF, Klaus. *Londrina, Paraná, Brasil: raízes e dados históricos, 1930-2004*. Edições Humanidades, 2004.

ARCHIVOS Paranaenses de Medicina (APM). Curitiba, Anno 1, maio/dez. 1918.

ARCHIVOS Paranaenses de Medicina (APM). Curitiba, Anno 5, maio/jul. 1921.

IBGE. Censo Demográfico. *Seleção dos principais dados do Paraná*. Curitiba: Departamento Estadual de Estatística, 1938.



WAIBEL, Leo. *Ampliação de um trabalho apresentado em duas reuniões especiais promovidas pelo Conselho Nacional de Geografia do Rio de Janeiro de 1945*. Trad. Orlando Valverde. Rio de Janeiro, 1945.

BOLETIM DO MUSEU PARANAENSE. Curitiba, nº 1, junho de 1904, p. 3

PEIXOTO, Afrânio. *Clima e Saúde*. Cia Editora Nacional, 1975.

RELATÓRIOS Oficiais do Governo - Período de 1910 – 1930. Arquivo Público do Estado.

CARRÃO, M. *Impressões de viagem a Foz do Iguassú e Rio Paraná*. Curitiba, PR: Progresso, 1935.

Recebido em: 15-10-2019

Aceito em: 23-11-2019

